



**CÂMARA MUNICIPAL DE DUARTINA**  
Estado de São Paulo

**CONCURSO PÚBLICO**

**007. PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL**

**CONTADOR**

- Você recebeu um caderno de prova contendo um parecer e duas questões dissertativas, além da folha definitiva de respostas.
- Confira seus dados impressos na folha definitiva de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe imediatamente ao fiscal da sala.
- Leia cuidadosamente as questões e elabore as respostas de acordo com a fundamentação técnica que for a mais conveniente a aplicável ao caso concreto.
- Não é obrigatória a citação textual de artigos de lei ou regulamentos.
- Escreva na folha de respostas sua argumentação e a resposta adequada aos problemas apresentados.
- A duração da prova é de 4h (quatro horas).
- Só será permitida a saída definitiva da sala, com este caderno, após transcorridas 3 horas do início da prova.
- Deverão permanecer em cada uma das salas da prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando o termo respectivo.
- Ao sair, você entregará ao fiscal a folha definitiva de respostas, a qual será objeto de correção no sistema duplo-cego, caso você seja aprovado na primeira etapa do concurso (fase objetiva).
- Até que você saia definitivamente do prédio, todas as proibições e orientações permanecem válidas.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR O CADERNO.**

## PARECER

O contador de um município de médio porte recebeu consulta formal da Secretaria de Finanças acerca do correto tratamento contábil e da adequada evidenciação, nas demonstrações contábeis aplicadas ao setor público, dos seguintes fatos ocorridos no encerramento do exercício:

1. Arrecadação de tributo de competência do ente (IPTU) no valor de R\$ 4.200.000,00;
2. Contratação de operação de crédito devidamente autorizada em lei, com ingresso de recursos no valor de R\$ 2.000.000,00;
3. Recebimento de depósitos caução vinculados a contratos administrativos no valor de R\$ 250.000,00;
4. Execução completa (empenho, liquidação e pagamento) de despesa com serviços de manutenção urbana no valor de R\$ 780.000,00;
5. Pagamento, no exercício corrente, de restos a pagar processados inscritos no exercício anterior, no valor de R\$ 320.000,00;
6. Retenção e posterior recolhimento de consignações previdenciárias no valor de R\$ 140.000,00;
7. Devolução de valores pertencentes a terceiros anteriormente recebidos a título de depósito, no valor de R\$ 90.000,00.

A Secretaria de Finanças, visando à adequada evidenciação contábil e à conformidade com as normas vigentes, solicitou manifestação técnica do setor contábil acerca dos fatos.

Na condição de contador público responsável, **elabore parecer técnico estruturado**, solução de consulta, com base no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público MCASP (11ª edição) e na Lei nº 4.320/1964, abordando de forma integrada:

- a) A classificação dos fatos em receitas orçamentárias e ingressos extraorçamentários, distinguindo-os quanto à natureza definitiva ou transitória;
- b) A classificação em despesas orçamentárias e dispêndios extraorçamentários, considerando o regime orçamentário e a execução da despesa pública;
- c) A análise sob a ótica patrimonial, classificando os eventos em receitas e despesas efetivas e não efetivas, com indicação do impacto no patrimônio líquido;
- d) A forma de evidenciação desses fatos nas DCASP, especialmente no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro e no Balanço Patrimonial, destacando as diferenças entre os enfoques orçamentário, financeiro e patrimonial;
- e) A natureza contábil dos valores recebidos a título de cauções, depósitos e consignações, à luz do conceito de receita pública;
- f) O tratamento contábil do pagamento de restos a pagar processados no exercício subsequente, diferenciando os efeitos orçamentários, financeiros e patrimoniais.

## **QUESTÕES DISSERTATIVAS**

**Utilize o texto base a seguir para responder as duas perguntas dissertativas:**

A gestão das finanças públicas no Brasil fundamenta-se em um sistema estruturado de planejamento e execução orçamentária, que busca assegurar a adequada alocação de recursos e o atendimento das demandas sociais. Nesse contexto, os instrumentos de planejamento como Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), desempenham papel central ao estabelecer diretrizes, prioridades e a programação financeira das ações governamentais.

Entretanto, o planejamento, por si só, não é suficiente para garantir a efetividade da ação estatal, tornando-se indispensável a correta execução orçamentária, que se concretiza por meio dos estágios da receita e despesa pública.

Dessa forma, a integração entre planejamento e execução orçamentária revela-se essencial para a promoção da eficiência, da transparência e da responsabilidade fiscal na administração pública.

Considerando o caso concreto, responda, de forma fundamentada, aos itens a seguir, no limite máximo de 15 (quinze) linhas para cada um:

**Questão 1.** Com base no texto apresentado, explique o papel dos instrumentos de planejamento orçamentário (PPA, LDO e LOA) na gestão pública, destacando suas funções, características e a forma como se articulam para viabilizar a execução das políticas públicas

**Questão 2.** Considerando a necessidade de efetiva execução do orçamento público, descreva os estágios da receita e da despesa pública, evidenciando a finalidade de cada etapa e sua importância para o controle e a regularidade da gestão fiscal.



